

COLETÂNEA



Temas Em Análise 2021-2022

Departamento de Enfermagem



SAÚDE

ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICO SETÚBAL

APRESENTAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

Um dos temas relevantes, quer nos processos da investigação, quer considerando as responsabilidades do Ensino Superior é, indubitavelmente, a divulgação de ciência e a transferência do conhecimento.

“A divulgação, vulgarização ou popularização da ciência consiste na difusão de conhecimentos da ciência (entenda-se aqui “ciência” em senso lato, incluindo não só a ciência mas também a tecnologia, a engenharia, a matemática e a medicina) e, nomeadamente, dos frutos da investigação produzida na atualidade, por toda a população.

As atividades que se acolhem sob esta designação podem visar diferentes objetivos – educativos (instruir os cidadãos), económicos (formar melhores profissionais), políticos (promover a capacidade de intervenção dos cidadãos na sociedade, no mundo natural e nas decisões públicas) – mas visam sempre esbater a barreira entre a ciência e a restante sociedade, entre os profissionais da ciência e os de outras áreas, entre as organizações da ciência e outras estruturas da sociedade civil, entre a ciência e outros saberes.” ⁽¹⁾

A ideia dos «Temas em Análise» surgiu associado à divulgação fluida, de elevada acessibilidade por ser realizada online, e juntando a ideia de uma chávena de chá (ou café) a acompanhar uma tertúlia de conversa, em que o mote é dado pelo tema escolhido e a perícia dos participantes, pretendendo-se suscitar o debate.

Começando os Temas em Análise em 2022, esta coletânea recolheu os dados das primeiras sessões, assumindo-se que a realização seria por ano académico.

Por isso, este 1º volume tem os resumos dos 3 TEA que decorreram em abril, maio e junho.



Agradecemos este design do TEA a António Freitas.

⁽¹⁾ Malheiros, J. V.; Granado, A. (2015) *Cultura científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. p. 16. ISBN: 978-989-8819-32-1

ÍNDICE

01

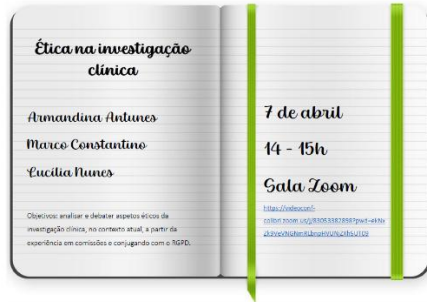
A ética na investigação clínica

02

do Dia Internacional do Enfermeiro 2022,
"INVEST in Nursing & Respect Rights"

03

Alterações Climáticas e implicações nos
cuidados de saúde



RESUMO

O planeamento deste webinar tem **duas partes**, diria que estreitamente ligadas. Na **primeira** parte, os intervenientes expressam algumas ideias e factos num esforço de síntese para 8 a 10 minutos. E esta meia hora suporta e suscita o debate na segunda parte, que tenderá a ficar mais por conta da assistência. A **Armandina Antunes**, solicitamos algum foco na atividade das comissões de ética, o que considera serem as maiores dificuldades ou questões mais delicadas/pertinentes e/ou as maiores dificuldades dos investigadores. A **Marco Constantino**, o enfoque trazido pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados à investigação clínica e o que mais entender na ótica jurídica. A **Lucília Nunes** situar o contexto da investigação clínica e enfoque nas questões éticas, com alusão (rapidíssima) a alguns documentos internacionais (declaração de Helsínquia, Convenção de Oviedo), incluindo o Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação.

Investigação clínica ficou formalmente definida em Portugal em 2014, na Lei da Investigação clínica, como «**Estudo clínico ou estudo**», **qualquer estudo sistemático, conduzido no ser humano** ou a partir de dados de saúde individuais, destinado a descobrir ou a verificar a distribuição ou o efeito de fatores de saúde, de estados ou resultados em saúde, de processos de saúde ou de doença, do desempenho e, ou, segurança de intervenções ou serviços de saúde, **através de aspetos biológicos, comportamentais, sociais ou organizacionais**.

À publicação, em 2018, do Decreto-Lei 2018, que alterou a legislação das Comissões de Ética, a formulação da investigação clínica é mais sintética: **“a investigação conduzida sem seres humanos ou em material de origem humana, tais como tecidos, espécimes e fenómenos cognitivos, para os quais um investigador interage com seres humanos.”**

Assim sendo, **Ética em investigação** diz respeito à qualidade dos procedimentos do início ao fim da pesquisa, desde a pertinência do problema à validade dos resultados para o desenvolvimento do conhecimento, da escolha da metodologia adequada aos instrumentos e processos de colheita de dados, da existência de resultados anteriores que justifiquem a investigação às regras de publicação e de divulgação dos resultados.

A investigação, seja qual for o caminho epistemológico ou metodológico que siga, está regida por regras internacionais e nacionais, relativas à **proteção das pessoas**. Afirmar-se o primado do



ser humano sobre o interesse da sociedade e da ciência, como determina a Convenção de Oviedo. Por isso, há alguns **critérios de ética na investigação** que são fáceis de perceber, como o valor científico ou social, a validade científica (rigor metodológico), o recrutamento e seleção dos participantes, um ratio risco-benefício favorável, revisão independente, consentimento informado e respeito pelos participantes.

Situando alguns passos do percurso de proteção das pessoas, começa-se em 1947, com o **Código de Nuremberg**, que tem 10 princípios, que cabem numa folha, como marca da afirmação do referencial ético da autonomia, tornando obrigatória a obtenção do consentimento do sujeito da pesquisa bem como a qualificação dos investigadores. Depois, assinala-se a **Declaração de Helsínquia**, aprovada pela 1ª vez em 1964, na 18ª Assembleia da Associação Médica Mundial, e que teve várias revisões, a última das quais em 2024. Nesta declaração afirmam-se os fundamentos éticos: a liberdade do ser humano, o respeito pela pessoa com a salvaguarda da sua integridade física e psíquica, a justiça, a procura do bem e a eliminação de riscos desnecessários na procura da melhor solução para o sofrimento. Também referidas as Comissões de ética e sua constituição. Nos anos 70, pontua o *Tuskegee Syphilis Study*, divulgado em 1972 pelo *New York Times*, provavelmente a mais infame investigação biomédica na história dos Estados Unidos, que conduziu ao **Belmont Report** e à criação do **Office for Human Research Protections (OHRP)**. O objetivo do *Belmont Report* era proteger os indivíduos que participam em projetos de investigação e que os investigadores devem basear a conduta nos princípios éticos da beneficência; respeito pela dignidade humana e justiça. Em 1982, o CIOMS (*Council for International Organizations of Medical Sciences*) e a OMS emanaram **21 Diretrizes**, entre as quais do consentimento informado, proteção da confidencialidade, participação de pessoas vulneráveis, de crianças, de mulheres, de pessoas com perturbações mentais, etc. Em 2001, Portugal ratificou a **Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina**, conhecida como Convenção de Oviedo, **datada de 1998**, que dedica o **capítulo V à Investigação científica**. Em retoque final, a **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, de 2005**, aprovada na conferência geral da UNESCO, de sintetiza os percursos anteriores e afirma um conjunto de princípios, cuja aplicação envolve as comissões de ética.

Se há liberdade de investigação, também há um compromisso da investigação e dos investigadores com um código de ética e de conduta, pelo que se salienta o **«Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação»** da ALLEA - *All European Academies*. Este Código aplica-se à investigação em todos os domínios científicos e académicos. O que realmente será de frisar é que investigar requer conhecimento, tanto das matérias específicas do assunto em investigação, das metodologias de colheita, análise e tratamento de dados, mas também requer conhecimento e consciencialização sobre os aspetos éticos que permeiam qualquer projeto de investigação. A pedra angular de uma investigação eticamente sólida é o consentimento fundamentado, que designaríamos de livre e esclarecido. Ou seja, o processo pelo qual os investigadores se asseguram que os participantes entendem os riscos e benefícios, estão informados dos seus direitos, incluindo o de não participar. Na prossecução das finalidades da ciência, existe limites que não devem ser ultrapassados, desde logo o respeito pela pessoa e à proteção dos seus direitos.



12 de maio, âmbito das Comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro 2022, “INVEST in Nursing & Respect Rights”, Aida Mendes; Maria Augusta de Sousa; Armandina Antunes. Moderação Andreia Cerqueira e Lucília Nunes. [transcrição do artigo publicado na [Revista Percursos, nº 51, 2022](#), p. 70-74]

RESUMO

Dia 12 de maio, Dia Internacional do Enfermeiro. Este ano, o tema do ICN foi ***Invest in Nursing & Respect Rights***.

O Departamento de Enfermagem organizou um webinar, propondo uma abordagem desta temática, sob diferentes perspetivas: a do Ensino e Investigação em Enfermagem; a das Políticas de Saúde e Serviço Nacional de Saúde; a da Gestão em Enfermagem nos Serviços de Saúde.

Contámos para o efeito com um painel de preletores:

- Professora Aida Mendes¹, Coordenadora do Conselho Nacional do Ensino Público de Enfermagem;
- Sra. Enfermeira Maria Augusta de Sousa², Bastonária da Ordem dos Enfermeiros (2004-2011) e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação para a Saúde;
- Professora Armandina Antunes³, Enfermeira Gestora do Centro Hospitalar e Universitário de Lisboa Central, EPE.

¹ A Sra. Professora Aida Mendes é coordenadora do recentemente constituído Conselho Nacional do Ensino Público de Enfermagem. Doutora em Educação, ramo Psicologia da Educação, mestre em Saúde Ocupacional e enfermeira especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria. É Professora Coordenadora e Presidente na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Coordenadora do Grupo Investigação Bem-Estar, Saúde e Doença, da Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem e autora de vários trabalhos publicados.

² A Sra. Enfermeira Maria Augusta de Sousa, bastonária da Ordem dos enfermeiros de 2004 a 2011, é, atualmente, vice-presidente do Conselho de Administração da Fundação para a Saúde – Serviço Nacional de Saúde. Enfermeira especialista na área da Saúde Mental e Psiquiatria, possui uma vasta experiência profissional, na qual podemos destacar a dimensão sindical, na coordenação do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a dimensão da regulação profissional enquanto Bastonária da Ordem dos Enfermeiros. O seu pensamento e ação política em Enfermagem e na Saúde, vão além da dimensão nacional, tendo integrado o comité executivo do European Fórum of National Nursing and Midwifery Associations e o Conselho Diretivo do International of Nurses.

³ A Sra. Professora Armandina Antunes é Enfermeira Gestora no centro Hospitalar e Universitário de Lisboa Central, onde desempenhou as funções de Enfermeira Diretora. É professora adjunta convidada na Escola

O painel foi moderado pela Professora Andreia Ferreri Cerqueira, Coordenadora do Curso de Licenciatura em Enfermagem e a Professora Lucília Nunes, Coordenadora do Departamento, encerrou o *Webinar*, enquanto relatora das suas principais conclusões.

Deixamos algumas anotações do que foi dito, em jeito de resumo comentado, sendo que introduziremos alguns dados sobre as preletoras antes das mesmas e que não esgota, naturalmente, as suas vastas e ricas experiências académicas e profissionais.



Perspetiva do Ensino e Investigação em Enfermagem

Partindo do lema do DIE deste ano, a Professora **Aida Mendes** assinalou algumas razões que sustentam a relevância do tema, como a importância dos sistemas de saúde, a força de trabalho dos enfermeiros como esteio básico, a carência de recursos humanos, a atual tendência para abandono e baixa satisfação profissional.

Nesta parte citou *Poeira e colaboradores* - “Os preditores à mudança de profissão de Enfermagem”, publicado em 2019 (Poeira, A.F.; Revista Referência, série IV, n.º 22, p. 73-84, <https://doi.org/10.12707/RIV19010>).

“A educação em Enfermagem não se limita à formação profissional” e deve estar academicamente preparada, ser forte com impulso de investigação. Por isso importa garantir a qualidade da Academia, e um conjunto de condições como a visibilidade da área disciplinar e a formação qualificada dos docentes.

Aqui, deu exemplos a partir da representação do domínio científico, e a ausência da área científica de Enfermagem até à validação do 2º nível, bem como da Web of Science, em que Enfermagem não aparece. A qualificação de unidades de investigação e a nomeação dos painéis, as chamadas por área etc. Referiu também o Quadro Europeu de Qualificações, nível 8, que suporta a direção da investigação.

Quanto ao corpo docente, mostrou alguns dados que, sendo relativos ao critério altamente qualificado (mais de 50% com grau de PhD), diminuem em número na qualificação em área específica (PhD Enfermagem). Um dado deveras preocupante foi também o do envelhecimento do corpo docente com grau de PhD, em elevado número com idade acima dos 60 anos e com perspectiva de reforma nos próximos 3 anos. Conjugado este dado com o do valor residual de jovens doutorados (com menos de 39 anos), levantaram-se questões/desafios de renovação do corpo docente altamente qualificado, com expressão mais ou menos evidente, em cada Instituição de Ensino Superior.

Considerou que um corpo docente altamente qualificado é uma das condições para: o ensino baseado na investigação; o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada; estudos de transferência de conhecimento e programas de ligação à comunidade. Por tudo isso, foi defendida a necessidade urgente de se equacionarem condições para a renovação do corpo

Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal e doutoranda em Enfermagem, em fase de desenvolvimento de tese, cujo tema é a “A Construção do Projeto Terapêutico no seio da Equipa”.

docente, para garantir a qualidade da formação e da qualificação, sem que haja redução dos critérios e em igualdade de reposição, doutor por doutor.

Adicionou preocupações sobre: como garantir a distribuição do trabalho letivo compatível com a realização de outras áreas da missão do Ensino Superior; o reforço dos programas doutorais em Enfermagem e condições de frequência (na evidência de difícil conclusão dos tempos previstos do curso); bem como das condições para a investigação, para o docente se poder dedicar ao trabalho de estudo e produção científica.

Em finais deste mês (de 22 a 28 de maio) realiza-se a reunião plenária da OMS. Entre os desideratos, estão os desafios da cobertura universal de saúde, a resposta a emergências de saúde e o desfrutar de melhor saúde e bem-estar – em todas estas metas, mais de mil milhões de pessoas. E em todas, a importância e relevância da intervenção dos enfermeiros. Sintetizou com 3 pontos:

- Só uma Enfermagem academicamente preparada pode assumir o desafio de ter voz e liderança;
- Os enfermeiros trabalham em equipas multidisciplinares e devem ter o mesmo nível de formação dos profissionais altamente qualificados;
- Os enfermeiros trabalham em autonomia, o que exige conhecimento altamente diferenciado e implica responsabilidade social.



Perspetiva das Políticas de Saúde e Serviço Nacional de Saúde

A Enfermeira **Maria Augusta Sousa** pretendeu “começar pelo fim” e iniciar com a afirmação de “transformar o SNS para o reforçar”.

Traçou um quadro que caracteriza a atualidade, explicando cada um dos pontos – referiu o envelhecimento demográfico; os problemas de acessibilidade e de disponibilidade de recursos e cuidados; a fragmentação, redundância e desperdício de recursos e esforços; o empobrecimento de recursos; o sistema de informação sem estratégia e arquitetura-base centradas no cidadão; a erosão da motivação dos profissionais e das perspetivas futuras do SNS; o imediatismo e decisões reativas com défice ou ausência de estratégias a médio/longo prazo; a rigidez organizacional e fixação em soluções estereotipadas, inadequadas; a visão retraída e/ou inadequada do papel do Estado; a ação do governo fragmentada por setores setorializados do Governo.

Considerou fundamental termos em conta que as políticas de saúde são instrumentos para a saúde dos cidadãos e não um fim em si mesmas. Os desafios aumentam quando pensamos nas estratégias de relação entre a saúde e segurança social, os lares... “não é só ter enfermeiros e médicos, é preciso ter claro quem é que responde pelos cuidados às pessoas”. Para a Enfermagem poder liderar “teremos de lidar com as ameaças e os desafios, ou ficamos à parte das respostas em saúde das populações”.

Apresentou seguidamente o que mudou em 50 anos, de 1970 a 2020, com indicadores de idosos e jovens, níveis de educação, taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade geral, a cobertura vacinal, que é da responsabilidade dos enfermeiros. Apresentou a alteração demográfica destes 50 anos e a distribuição de recursos de saúde (a maioria dos quais concentrados em 5% de resposta hospitalar e tendo nós 74% das necessidades relacionadas com medidas da promoção da saúde e 21% em gestão de PICs).

Partindo da ideia que é, hoje, clara a relação entre os sistemas de saúde e a riqueza e bem-estar, considerou que também é clara a dessincronia existente entre as necessidades em cuidados e as lógicas organizacionais. Precisamos de passar para a lógica do processo de cuidados, dar resposta ao que as pessoas necessitam. “Melhores respostas centradas nas pessoas e garantir que a pessoa não seja um barco a ter de ir de ilha em ilha”, aos «ziguezagues» no sistema.

Apresentou e discutiu quatro áreas em que os enfermeiros podem ter responsabilidades, pois são o pivô nas organizações, charneira de ligação entre uns e outros.

As quatro áreas problemáticas que aprofundou foram: efetividade, complementaridade, territorialidade e referenciação. Áreas de elevada intervenção dos enfermeiros, e que requerem “nova geografia organizacional”, assente nas dinâmicas loco-regionais, com soluções partilhadas. Importa promover a saúde e o aperfeiçoamento do SNS, suportado pelos calores de cobertura universal, solidariedade, equidade e qualidade.

Assim, regressando ao início, concluiu que é preciso “transformar o SNS para o reforçar”.



Perspetiva da Gestão em enfermagem nos Serviços de Saúde

Partiu do lema e da ideia de «uma voz para liderar», na presença com outras pessoas, passando pela importância da liderança e pelo “ouvir-se e sentir-se ouvido”.

Expressou preocupação face ao facto de que não temos conseguido transmitir e fazer ressoar o que fazemos – há feedback exterior (os doentes fazem isso todos os dias), aprovação pelo que fazemos, e baterem-se palmas, mas não chega. É preciso avaliação do processo complexo de tomada de decisão que os profissionais fazem.

Considerou que “há sítios onde a voz faz falta” – pela abrangência do conhecimento que os enfermeiros têm das organizações, pela capacidade de promoção do autocuidado, pela preocupação com a equipa e recursos disponíveis. As necessidades de saúde são supridas por equipas multiprofissionais que deviam estar disponíveis para o serviço.

“As lideranças vão mudando conforme as situações; ainda assim, o líder dos cuidados é quem precisa deles.”

Em alguns momentos “parece que a disciplina de Enfermagem andou muito mais que a profissão ou que o ponto de desenvolvimento que é reconhecido na profissão. O contexto não é fácil, o que está adquirindo não é para a vida”.

Os enfermeiros precisam de valorizar a sua função – às vezes parece que por defeito genético não louvamos o que fazemos, só focamos o que deixámos de fora, o que não fizemos.

Como enfermeira gestora, no quotidiano da atividade profissional, e consciente do que os enfermeiros vão partilhando, muitas vezes com preocupação e angústia, refletiu que parece transmitir algo como “nunca somos suficientes” – deixamos de fora coisas em que somos competentes para fazer e amarrotamo-nos por não as fazer.

O sentimento de frustração também é de ter falta de voz em vez de ser uma voz para liderar. Os passos que se vão dando são importantes.

Entende que o grande desafio dos enfermeiros gestores é o de promoverem o desenvolvimento dos enfermeiros nos contextos clínicos.

Na valorização da profissão, afirmou que precisamos de tirar a expressão “só” – diz-se “só posso...”, “só sou”. “Assim colocamo-nos num patamar onde nenhum ser humano quer estar.”

“As limitações existem – mas são só para nós?”.

Considerou que as alianças dos contextos clínicos e das instituições de ensino podem potenciar a capacidade de se fazer ouvir.



Fazer um resumo nunca é a mesma coisa que ouvir em direto a voz de quem fala.

Provavelmente quem resume identifica o que mais lhe chama a atenção ou o processo de raciocínio que lhe parece mais articulado.

Assim, salvaguardando a dimensão subjetiva, que o resumo sirva de pontilhado para as mensagens que foram enriquecedoras, desafiantes e focadas no lema **Invest in Nursing & Respect Rights**.

Lucília Nunes, Guida Amaral, Rui Inês, Andreia Ferreri Cerqueira



9 de junho de 2022
14:00-15:00

webinar

Alterações Climáticas e implicações nos cuidados de saúde

Hospitais verdes e a resiliência dos sistemas de saúde

Cláudia Monge

Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Investigadora do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

Implicações das alterações climáticas na saúde mental dos jovens adultos

Francisco Sampaio

Professor Adjunto da Fundação Fernando Pessoa - Escola Superior de Saúde
Investigador Integrado no CINTESIS - Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde

Plataforma Zoom Colibri | ID da reunião 792 146 1871

RESUMO

O webinar de «Temas em Análise», promovido pelo Departamento de Enfermagem, irá ser abordado o tema Alterações Climáticas e implicações nos cuidados de saúde,

Convidados:

Professora Cláudia Monge, professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

Professor Francisco Sampaio, Professor Adjunto da Fundação Fernando Pessoa - Escola Superior de Saúde e Investigador Integrado no CINTESIS - Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde.

Moderação:

Ana Lúcia Ramos, Professora Adjunta na ESS/IPS



SAÚDE

ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICO SETÚBAL

ESS.IPS.PT

T. [+351] 265 709 300

E. INFO@ESS.IPS.PT

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE

CAMPUS DO IPS – ESTEFANILHA

2914-503 SETÚBAL

PORTUGAL